



PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIBIC

RELATÓRIO FINAL

(Ago/2007 – Jul/2008)

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA

Percorrendo caminhos epistemológicos da Psicologia Comunitária
2ª Etapa

NOME DO(A) BOLSISTA: João Paulo Lopes Coelho

ORIENTADOR(A) DO PROJETO: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes

CENTRO/UNIDADE: Humanidades

DEPARTAMENTO/SETOR: Psicologia

LOCAL DE EXECUÇÃO: Núcleo de Psicologia Comunitária

PROGRAMA: Mestrado em Psicologia

DATA DE INÍCIO: agosto/2007 **DATA DA CONCLUSÃO:** julho/2008

APRESENTAÇÃO

GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq):	Humanas
ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq):	Psicologia
SUB-ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq):	Psicologia Social
ESPECIALIDADE DO CONHECIMENTO (CNPq):	Processos Grupais e de Comunicação
NOME DO GRUPO DE PESQUISA:	NUCOM: Identidade, Comunidade e Sustentabilidade (Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq)

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da 1ª etapa da pesquisa no período 2006-2007 possibilitou a realização dos seguintes objetivos específicos: conhecer o contexto histórico da inserção de cada marco teórico-epistemológico (teórico-metodológicos) na sistematização da Psicologia Comunitária e identificar os conceitos, as categorias e a visão de homem/mundo de cada marco teórico-epistemológico (teórico- metodológicos). A sistemática de apropriação dos mesmos pela Psicologia Comunitária e a análise de como ocorre a integração/síntese entre estas teorias ressignificadas, que tornam a Psicologia Comunitária um campo específico de conhecimento, necessitam de um maior aprofundamento teórico.

Na 2ª etapa da pesquisa (2007-2008) realizamos todos os objetivos específicos e contemplamos o objetivo geral da pesquisa que é compreender como se fundamenta a articulação entre os marcos teórico-epistemológicos da Psicologia Comunitária Cearense: Psicologia Histórico-Cultural (Vigotsky, Leontiev, Luria), Educação Biocêntrica (Toro e Cavalcante), Educação Libertadora (Paulo Freire), Psicologia da Libertação (Martín-Baró) e Abordagem Centrada na Pessoa (Carl Rogers) na construção de sua práxis. Percebemos a partir das discussões e da pesquisa dos diversos marcos teórico-metodológicos, aprofundamos o estudo na Teoria da Complexidade como eixo epistemológico que possibilitou a união entre estas teorias. Gostaríamos de salientar que esta pesquisa contribuiu muito para a sistematização da nossa práxis em Psicologia Comunitária.

O Núcleo de Psicologia Comunitário (NUCOM) nasceu do desejo de construção de uma Psicologia que se aproximasse das principais questões referentes às comunidades carentes e excluídas socialmente, tendo como foco de atuação o sujeito comunitário, a comunidade e o modo de vida comunitário, interrelacionando essas categorias, como também, inserindo-se num projeto maior que é a própria construção da Psicologia Comunitária no Ceará.

Em 1983 foi criado o Projeto de Atendimento Psicossocial dos Moradores do Bairro de Nossa Senhora das Graças do Pirambu. No ano de 1992, o projeto passa a ser chamado Núcleo de Psicologia Comunitária, adquirindo sede própria no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e constituindo-se como um núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão. O objetivo do núcleo, além da busca do desenvolvimento do sujeito comunitário, é também a sistematização do conhecimento de Psicologia Comunitária e a inserção dessa no meio acadêmico, sempre na perspectiva de uma prática de psicologia comprometida com a transformação social.

Não podemos desvincular o estudo teórico de Psicologia Comunitária da prática de extensão, pois este estudo só será validado a partir da inserção na vida comunitária, uma vez que a Psicologia Comunitária caracteriza-se como:

uma área da Psicologia Social voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seus sistemas de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados. Tem por objetivo o desenvolvimento do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo de vida da comunidade, através de um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento de grupos e da própria comunidade. (GOIS, 2003, p. 25)

A base epistemológica de nossa atuação se constitui a partir dos seguintes marcos teóricos: Psicologia Histórico-Cultural (Vigotsky, Leontiev, Luria), Educação Biocêntrica (Toro e Cavalcante), Educação Libertadora (Paulo Freire), Psicologia da Libertação (Martín-Baró) e Abordagem Centrada na Pessoa (Carl Rogers). Nesse sentido, as teorias, as categorias e os conceitos que, aos poucos, vão se aglutinando na construção da Psicologia Comunitária, passam, necessariamente, pela afinidade com a postura ético-epistemológica que encontramos presente no compromisso com a práxis libertadora.

A Psicologia Histórico-cultural, que tem como principais representantes Vigotsky, Leontiev e Luria, surgiu na Rússia pós-revolucionária (década de 1920), buscando trazer para o âmbito da Psicologia a materialidade do humano, sem cair no mecanicismo das correntes da época (reflexologia e psicologia experimental). Então é, a partir do materialismo dialético e histórico, que esta teoria se fundamenta, enfatizando a singularidade do sujeito enquanto um ser social, ativo e histórico. Nessa perspectiva, passa-se a analisar a relação natureza/cultura em que o homem passa a desnaturalizar os fenômenos, agindo e transformando a si e sua realidade.

A Educação Biocêntrica tem como enfoque:

a construção do conhecimento crítico que, levando à tomada de consciência, quando aprofundada leva à conscientização. A sua expressão exige uma ação no mundo através do diálogo com o outro, para uma transformação da realidade individual e social. Para isso, é preciso desenvolver a afetividade e a criatividade. (CAVALCANTE,2001,p. 8)

Tem como paradigma o Princípio Biocêntrico (Toro e Cavalcante), que dá suporte à estrutura teórica da Biodança e consiste na ampliação da vida instintiva tendo como referência a vida em toda a sua plenitude. A Educação Biocêntrica não tem como foco somente o homem, mas todos os elementos e seres que compõem a vida. Por isso, necessita de uma reeducação da vida e do estilo de viver, fortalecendo a identidade pessoal, coletiva e do lugar, resgatando na afetividade um dos componentes deste reeducar. Permite desta forma que ambos os atores da intervenção sejam transversalizados pela vivência, enquanto elemento central e potencializador e de nossa atuação.

O diálogo, enquanto método pedagógico presente na Educação Biocêntrica, teve sua origem na Educação Libertadora de Paulo Freire (1987, p.70) pronunciada como: “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.”

A Psicologia da Libertação nasceu da crítica à Psicologia Social Tradicional (década de 60), uma vez que esta não dava conta de explicar a realidade - em seus conflitos e contradições - dos países da América Latina. Martín-Baró, Maritza Montero e Sílvia Lane, dentre outros, mostram as relações de dominação e exploração marcantes desta realidade e o papel da Psicologia na manutenção desta situação. Propõem um novo olhar sobre os fenômenos sociais latino-americanos – e sobre a relação destes com a subjetividade dos seus povos – e também uma nova prática psicológica, comprometida com a transformação social.

A Abordagem Centrada na Pessoa (Carl Rogers) se propõe a ser uma forma revolucionária de lidar com homens e mulheres na educação, na mediação de conflitos, na psicoterapia, dentre outras formas de relação. Essa teoria tem, como pressuposto, a tendência à realização, que nos traz a noção de que a vida é um processo ativo. Segundo Rogers (1986), o ser humano, assim como os outros organismos vivos, movem-se em direção ao desenvolvimento desde que lhe sejam garantidas condições facilitadoras - aceitação, autenticidade e empatia – para tal.

O processo de construção da Psicologia Comunitária ancorou-se, principalmente, na afirmação de uma posição político-ideológica diante do contexto latino-americano de opressão e da omissão histórica da Psicologia em relação a essas questões. Quando problematizamos a Psicologia Comunitária na América Latina e a Psicologia em geral, no sentido da libertação do povo explorado, é por entendermos que o esforço que o indivíduo realiza para se tornar sujeito da realidade se dá em um contexto de dominação e exploração, que impede ou dificulta a sua atuação enquanto sujeitos da sua história.

A presente pesquisa situou-se dentro da estratégia de consolidação do NUCOM (Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC) enquanto centro disseminador de Pesquisa, Extensão e Ensino e do desenvolvimento teórico e prático da Psicologia Comunitária Cearense, fortalecendo a atuação do Grupo de Pesquisa: NUCOM- Identidade, Comunidade e Sustentabilidade, vinculado ao CNPq, que vem desenvolvendo pesquisas de iniciação científica desde 2000 e de mestrado em Psicologia.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender como se fundamenta a articulação entre os marcos teórico-epistemológicos da Psicologia Comunitária Cearense: Psicologia Histórico-Cultural (Vigotsky, Leontiev, Luria), Educação Biocêntrica (Toro e Cavalcante), Educação Libertadora (Paulo Freire), Psicologia da Libertação (Martín-Baró) e Abordagem Centrada na Pessoa (Carl Rogers) na construção de sua práxis.

Específicos:

- Conhecer o contexto histórico da inserção de cada marco teórico-epistemológico na sistematização da Psicologia Comunitária;
- Identificar os conceitos, as categorias e a visão de homem/mundo de cada marco teórico-epistemológico e como são apropriados pela Psicologia Comunitária;
- Analisar como ocorre a integração/síntese entre estas teorias ressignificadas tornam a Psicologia Comunitária um campo específico de conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se a partir das questões advindas da nossa práxis em Psicologia Comunitária desenvolvida no Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). Foi caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, em que buscamos compreender como se relacionam as bases epistemológicas da Psicologia Comunitária na sua construção enquanto teoria. O que caracterizou este tipo de pesquisa foi o seu foco na coleta de dados a partir das teorias e não necessitando a presença dos sujeitos, enquanto pesquisandos.

Mesmo sendo considerada uma pesquisa bibliográfica, utilizamos metodologia participativa de pesquisa, pois acreditamos que é através do processo de diálogo que poderemos construir coletivamente o conhecimento. O seu caráter participativo foi praticado pelos pesquisadores envolvidos na elaboração e na execução desta pesquisa. Este grupo foi composto por: 15 estudantes de graduação em Psicologia, quatro estudantes do Mestrado em Psicologia e uma professora do Departamento de Psicologia. Todos são integrantes do NUCOM.

A pesquisa organizou-se com as seguintes fases:

1ª Fase - Leitura dos marcos teórico-metodológicos (bases epistemológicas) da Psicologia Comunitária: aprofundamento da discussão da visão de homem/ mundo, dos conceitos e das categorias que compõem a Psicologia Comunitária a partir da Psicologia Histórico-Cultural (Vigotsky, Leontiev, Luria), Educação Biocêntrica (Toro e Cavalcante), Educação Libertadora (Paulo Freire), Psicologia da Libertação (Martín-Baró) e Teoria Rogeriana (Carl Rogers) e relacionamos com o Paradigma da Teoria da Complexidade e da Libertação, como caminho que possibilita o diálogo dos marcos teóricos, através do princípio da transdisciplinaridade.

2ª Fase - Analisar como os conceitos foram apropriados pela Psicologia Comunitária: Análise das congruências e divergências entre as categorias, os conceitos e as visões de homem e mundo (e suas implicações nos conceitos) de todas essas teorias, relacionando tal análise com a Psicologia Comunitária.

A sistemática utilizada para a realização da pesquisa no semestre 2007.2 foi organizada em encontros semanais, que constituíram com espaços para o processo de construção coletiva do conhecimento, como também, o compartilhamento de dúvidas e de descobertas realizadas pelos pesquisadores. Foram formados cinco sub-grupos responsáveis por cada marco teórico-metodológico composto por um aluno do Mestrado e quatro alunos da graduação em Psicologia, sob a orientação e acompanhamento da professora. Cada sub-grupo discutia sobre o seu marco teórico-metodológico e relacionava-o com os Paradigmas da Complexidade e da Libertação. Cada sub-grupo produziu um artigo científico e apresentou para os todos os integrantes da pesquisa.

No semestre 2008.1, o trabalho desenvolveu-se num grupo composto por 4 alunos da graduação e a professora, pois os alunos do Mestrado dirigiram os seus trabalhos para a qualificação do projeto de dissertação. Esse grupo sistematizou todos os dados produzidos nos artigos científicos e construiu o relatório de pesquisa, como também desenvolveu um novo projeto de pesquisa para dar continuidade aos trabalhos iniciados por esta pesquisa.

Conseguimos desenvolver uma pesquisa a partir de uma metodologia participativa em uma pesquisa bibliográfica, visto que ela desenvolveu-se por muitos pesquisadores com níveis diferentes de formação, partindo da graduação, do mestrado e do doutorado (professora). Essa atividade entra em consonância com as linhas definidas para a Pós-Graduação Brasileira, a qual está vinculada mediante a relação entre a Graduação e a Pós-Graduação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A definição de paradigmas que possibilitam a integração/síntese entre os marcos teórico-metodológicos foi gerada a partir da necessidade de descobrir como a Psicologia Comunitária utiliza estes marcos no seu arcabouço teórico e metodológico, já que alguns se embasam no materialismo dialético e histórico e outros na fenomenologia. A partir de estudos e discussões sobre esta questão, encontramos presentes em todos os marcos teórico-metodológicos dois paradigmas: da Complexidade e da Libertação.

Para compreendermos o que esta sendo chamado de paradigma, podemos nos basear em Montero (1994, p.91): “por paradigma se entiende un modelo o modo de conocer, que incluye tanto una concepción del individuo o sujeto cognoscente como una concepción del mundo en que éste vive y de las relaciones entre ambos.”

Então, um paradigma sistematiza idéias compartilhadas por teóricos e teorias. O Paradigma da Complexidade (MORIN, 2003) voltado para as ciências sociais e humanas surge entre os anos 1970 e 1990, a partir dos questionamentos sobre a complexificação mundial das relações, na estrutura política, no incremento da população mundial e, conseqüentemente, da produção (WALLERSTEIN, 1996 apud PRIETO, 2003, p. 151).

Frente a este contexto, viu-se que a postura das ciências sociais em dividir o conhecimento mostrava-se contraditória, pois se exigia uma noção de mundo cada vez mais ampliada devido à promoção de trabalhos multidisciplinares que tentavam garantir o melhor entendimento e resolução dos problemas sociais. Com essa crise do conhecimento social clássico, generalizou-se um ceticismo acerca dessas teorias, pois nenhuma se mostrava capaz de atender às novas concepções que apontavam enormes desafios epistemológicos.

Para a superação de tal entrave, o caminho apontado para o conhecimento era o de não reconhecê-lo como verdade absoluta, pois “esse caminho não tem potência para construir visões múltiplas, integradoras da diversidade, compreensivas da complexidade e do conhecimento emancipatório autotransformativo” (PRIETO, 2003, p.156). O paradigma da Complexidade nos apresenta uma nova organização das áreas, das disciplinas e das teorias e propõe uma postura transdisciplinar nas ciências. Segundo Weil, D’Ambrosio e Crema (1993), o termo transdisciplinar foi utilizado pela primeira vez por Jean Piaget que afirma a necessidade de que as interações ou reciprocidades entre as pesquisas especializadas acontecessem num sistema total sem fronteiras estáveis entre as disciplinas. Em 1980, Edgar Morin no livro *Ciência com Consciência* afirma a fragmentação do saber e enfatiza uma revolução nos princípios organizadores do conhecimento. Segundo Morin, Ciurana e Motta (2003), os princípios metodológicos do pensamento complexo são: sistêmico, hologramático, de retroatividade, de recursividade, de autonomia/dependência, dialógico e de reintrodução do sujeito cognoscente em todo conhecimento.

O Paradigma da Libertação tem como base a libertação do povo explorado. Entendemos que o esforço que o indivíduo realiza para se tornar sujeito da realidade se dá em um contexto de dominação e exploração. Aqui, não cabe a palavra liberdade, um valor burguês; por isso, a palavra libertação, que implica em uma práxis libertadora. Este paradigma possui princípios que norteiam as teorias que utilizam e divulgam esta práxis: visão de homem - sujeito que constrói sua história e transforma sua realidade; visão de mundo - algo construído socialmente e possível de ser transformado; visão de ciência - um espaço de aprendizado, de compromisso social, de não-neutralidade e objetivo - libertação do ser humano (GOIS, 2003).

Adiante, iremos citar algumas das principais contribuições das chamadas “Teorias da Libertação”, bem como explicitar algumas das implicações desta epistemologia nas Ciências Humanas. Essas construções latino-americanas surgiram em várias áreas do saber como: filosofia, sociologia, antropologia, teologia, pedagogia e psicologia, possibilitando a formação de um novo paradigma.

No campo da filosofia, Dussel (1977) vem propor a realidade como categoria epistemológica, como a categoria que orienta a construção do conhecimento filosófico. Retoma a questão da ética com a sua relação com discurso e prática, o que implicaria numa ética da libertação. Para este autor, o outro é o oprimido, e a fome é considerada a maior forma de denúncia, como deflagrador do diálogo.

Na Sociologia, Fals Borda (1980) vem trazer a dimensão da participação ativa, como forma de atuar nesta realidade excludente construída após anos de colonização e opressão. Para ele, fazer ciência é estar atuando e transformando a realidade com qual se compromete.

Na antropologia, a voz que ecoa é de Rodolfo Kusch (1982) que nos convida a conhecer e viver a América Profunda, se enlamear, se encharcar do cotidiano vivido pelo povo da América Latina. Enfatiza que a melhor forma de conhecer é através do contato.

Leonardo Boff (1980) expressa os preceitos da teologia da libertação, onde a idéia de Deus se transfigura, passando a ser representado pelo pobre, pelo oprimido, pelo negado. A salvação é resgatada como algo a ser conquistado, construído, portanto possível como libertação na terra.

Na pedagogia, temos Paulo Freire (1969) que vem convidar todos ao encontro com o outro, através do reconhecimento e integração das diferenças. Propõe primeiro a pedagogia do oprimido, a qual depois chama de pedagogia da esperança e, por último, pedagogia da autonomia. Freire nos diz que existir humanamente é pronunciar o mundo e, nisso, há uma marca ideológica muito forte. Para Paulo Freire, não basta ao homem o papel de denunciar a realidade opressora, é preciso antes também anunciar possibilidades, a partir de uma leitura profunda e coletiva da realidade vivida.

Vejam, então, na Psicologia, o pensamento de Martín Baró (1998) na discussão da Psicologia da Libertação. Se a psicologia quer marcar de forma significativa a história dos povos rumo ao desenvolvimento social dos países, torna-se preciso rever a bagagem teórica e prática partindo da vida dos povos, seus sofrimentos e aspirações. Segundo o autor, é preciso atuar para a promoção da vida, entendendo a primazia da verdade prática e tendo como opção referencial os pobres. Ele nos propõe três elementos para a Psicologia: um novo horizonte, uma nova epistemologia referenciada na realidade latino-americana e uma nova práxis, pautada na leitura da realidade, processual, situada e compromissada com a vida, não se rendendo a sobrevivência.

Dentro desse marco, entendemos a Psicologia Comunitária, como uma ciência que contribui para o pensar e o repensar de uma prática social e comunitária que se distancia totalmente do assistencialismo, o qual escraviza e empobrece o homem, para uma atuação prática libertadora que possibilita o despertar do sujeito enquanto cidadão e construtor da sua própria história como ser coletivo e único, através de uma visão dialética da realidade.

Dessa forma, a conexão dos marcos teórico-metodológicos, que embasam a Psicologia Comunitária (GOIS, 2005), possui os paradigmas da complexidade e da libertação como eixo de diálogo e a articulação de conceitos e categorias que se complementam na compreensão da complexidade da “construção do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo de vida da comunidade.” (GOIS, 1994, p.15).

A Psicologia da Libertação é caracterizada como uma Psicologia Social Crítica (IBAÑEZ, 2005), pautada no materialismo e interacionismo dialético, e tem Ignacio Martín-Baró como autor de destaque em sua criação e desenvolvimento. Esta vertente posiciona-se na busca por dar resposta aos graves problemas de injustiça estrutural e desigualdades sociais, situando seu quefazer a partir das circunstâncias concretas dos latino-americanos (MARTÍN-BARÓ, 1996). Buscando, com isso, a construção de uma Psicologia capaz de ajudar o povo a compreender sua realidade e libertar-se dos condicionamentos que sua estrutura social os impõe (IBAÑEZ, 2005).

Para Ignacio Martín-Baró (1998), as orientações para o trabalho de uma Psicologia Social da Libertação são: o re-planejamento de seu arcabouço teórico e o fortalecimento das instâncias populares. Suas tarefas urgentes são: a recuperação da memória histórica dos povos; a potencialização das virtudes populares; o estudo sistemático das formas de consciência popular; a

desideologização da experiência cotidiana; e a análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica.

Falar da importância da Psicologia da Libertação para a formação e desenvolvimento da Psicologia Comunitária, a nosso ver, é tocar na necessidade de desenvolver uma práxis transformadora da sociedade capaz de lutar contra as relações de opressão, de servilismo e de violência estruturadas no modo de produção capitalista. É buscar desenvolver trabalhos capazes de contribuir na construção de sujeitos críticos, que promovam a transformação das condições de miséria econômica e opressão política imperantes na América Latina, caminhando para a construção de uma proposta política revolucionária das dimensões micro e macrosocial.

Dentro desta perspectiva, a Psicologia da Libertação é partícipe na construção dialética de um modelo epistemológico das ciências sociais e humanas enraizado nessa realidade latina. A libertação é vista, então, como constituinte de um processo histórico e coletivo necessário, que nasce da autonomização dos sujeitos, do resgate e potencialização das virtudes populares, bem como do processo de facilitação da conscientização individual e grupal advindo da organização e fortalecimento dos grupos (MARTÍN-BARÓ, 1998).

A partir do contexto de tensão entre os grupos sociais latino-americanos no pós-guerra, origina-se uma práxis voltada para a transformação positiva da realidade social, direcionada a mudanças estruturais concretas e à libertação dos homens oprimidos desta estrutura social. A origem desta práxis não está em um conjunto de iniciativas que parta de uma crítica que se oponha à crise do capitalismo. Segundo Dussel (1986), trata-se de um posicionamento crítico e de um conjunto de iniciativas que se opõem ao capitalismo em sua crise estrutural.

Entendemos, portanto, que, em nossa práxis, o desenvolvimento comunitário, dos grupos e psicossocial dos sujeitos da comunidade são formas de enxergar este “mais além” como um possível histórico, que se escreve através da atividade humana transformadora, como atividade comunitária (GOIS, 2005) e libertadora da percepção da realidade como totalidade. Trata-se de uma práxis de libertação, voltada à luta contra as relações de dominação e opressão à vida, pautada em métodos que visam o engajamento social do pesquisador/ psicólogo comunitário e a participação da população no conhecimento e construção de sua realidade. (GOIS, 1993)

A Teoria Histórico-Cultural da Mente constitui-se como uma das principais bases *psi* para a compreensão do psiquismo humano dentro do arcabouço teórico da Psicologia Comunitária. A noção de desenvolvimento humano que parte dessa teoria aponta para uma compreensão interacionista de homem e mundo que fornece à Psicologia Comunitária categorias fundamentais para a análise do psiquismo humano sob o viés do materialismo histórico dialético, como Atividade e Consciência. De acordo com Vygotsky (2001), as Funções Psicológicas Superiores (FPS) surgem como uma evolução das funções elementares do ser humano através do processo de internalização que se dá pela inscrição dos sujeitos na cultura, no universo simbólico partilhado “a partir da relação da pessoa com as demais, com os objetos e com o legado simbólico do seu contexto histórico-cultural” (BARROS, 2006, p.27).

O entendimento do surgimento das formas de inteligência prática e abstrata tipicamente humanas - a partir da convergência entre atividade prática e fala, entre pensamento e linguagem (linhas de desenvolvimento antes independentes) - aponta a atividade simbólica como função organizadora do comportamento: motivações e intenções pessoais tornam-se estímulos da ação humana sobre a realidade.

Diante disso, faz-se importante citar outro conceito relevante para a Psicologia Comunitária: Atividade Comunitária, proposto por Góis e baseado na Teoria da Atividade de Leontiev. Gois (2005) afirma que a atividade humana pode ser entendida em termos de transformação da realidade objetiva (atividade instrumental) e transformação subjetiva (atividade comunicativa), podendo também esse aspecto comunicativo alterar não apenas o funcionamento do próprio sujeito, mas de vários sujeitos implicados da realização da atividade. Percebendo que, dentro de uma comunidade, existem atividades coletivas e um conjunto de significados e sentidos específicos compartilhados, podemos falar não apenas de uma atividade humana individual, mas de uma atividade comunitária e

ainda de uma vida comunitária, deslocando o eixo das transformações sujeito-objeto para um olhar diferenciado e mais coerente com as necessidades do trabalho em intervenções comunitárias.

Dentro da perspectiva histórico-cultural, entende-se que as práticas culturais têm efeitos profundos sob a constituição do psiquismo dos sujeitos, que se constrói a partir da relação entre atividade subjetiva e objetiva. Portanto, as estratégias de desenvolvimento comunitário precisam articular o desenvolvimento pessoal dos moradores com o desenvolvimento coletivo através da atividade comunitária, da valorização das potencialidades locais e da formação e fortalecimento das redes comunitárias. Ao conceituar atividade comunitária, Gois (2005) afirma que ela deflagra alguns processos como: a autonomia dos sujeitos, o fortalecimento da identidade, o desenvolvimento da consciência e da responsabilidade comunitária. A Atividade Comunitária atua, portanto, como mediadora entre o desenvolvimento da comunidade e o desenvolvimento da consciência dos moradores.

A leitura da realidade sob o viés interacionista e dialético aponta para uma compreensão do psiquismo forjada na interação homem-mundo e propõe um método que possibilita a compreensão do comportamento humano de forma mais integral. O método genético-experimental ou micro-genético vygotksyano tem influência marcante na formulação do que vem a ser o Método Dialógico-Vivencial (MDV) (GÓIS, 2005) utilizado pela Psicologia Comunitária em sua prática. A dimensão analítica do MDV, encontra-se ancorada na análise micro-genética por voltar seu olhar para o reflexo psíquico do modo de vida comunitário. Aprofunda-se essa leitura através análise semiótica dos significados compartilhados, construídos no lugar, os quais nos permitem analisar as formas de interações entre os sujeitos e a realidade em um grupo social. Busca-se entender, portanto, a forma como os indivíduos objetivam a realidade e a expressam, atribuindo significados e sentidos ao mundo e a si mesmo.

A Biodança insere-se como marco teórico-metodológico da Psicologia Comunitária no Ceará desde os primeiros trabalhos realizados junto aos movimentos sociais do bairro Pirambu, na década de 80 na cidade de Fortaleza. Segundo Toro (2002), a Biodança é uma abordagem de desenvolvimento humano, dirigida para a promoção e integração da identidade, para a renovação orgânica, a reeducação afetiva e a reaprendizagem das funções originais de vida. Sua metodologia consiste em induzir vivências integradoras, organizadas em cinco linhas de expressão do potencial biológico: vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência. É pela combinação de música, integração grupal e dança (como movimento expressivo, espontâneo e estético) que esta abordagem espera encontrar um acesso privilegiado a dimensões pré-reflexivas da identidade, que dificilmente podem ser acessadas pela linguagem verbal ou pela atividade racional. A Biodança se delinea como importante marco de afirmação e valorização da vida numa práxis libertadora, comprometida com a transformação positiva da realidade.

Num processo de investigação e anúncio das possibilidades, limites e contribuições da Biodança para a Psicologia Comunitária, enfocamos na presente pesquisa compreender, a partir do conceito de vivência, como a Biodança contribui para a construção do método dialógico-vivencial (MDV) – citado anteriormente -, no qual baseia-se a práxis dessa proposta revolucionária de atuação em Psicologia.

Fundamentado em alguns filósofos, como Dilthey e Husserl, Rolando Toro, criador do sistema Biodança, construiu o conceito de vivência com o qual a Psicologia Comunitária Cearense trabalha. Segundo o autor, a vivência é:

a experiência vivida com grande intensidade por um indivíduo no momento presente, que envolve a cenestesia, as funções viscerais e emocionais. A vivência confere à experiência subjetiva a palpante qualidade existencial de viver o 'aqui e agora' (TORO, 2002, p.30).

A utilização da vivência como categoria-chave de um método de intervenção comunitária é um diferencial da práxis construída na Psicologia Comunitária no Ceará e tem na Biodança um de seus principais aportes. Resgatar a vivência como método de facilitação enfoca uma nova compreensão do mundo, na qual não mais o paradigma da racionalidade passa a ser a lente para a leitura da realidade. Essa nova visão coloca a vida como centro, percebendo a realidade de forma

complexa e integrada, valorizando as formas de relação e de conhecimento possíveis a partir do princípio biocêntrico e resgatando a sensibilidade humana como possibilidade do ser sensível transitar pelo mundo sensível, captando-o, sentindo-o, vivendo-o e se modificando.

A partir dessa compreensão, a facilitação do processo de conscientização, pode se dar através da utilização de exercícios que possam deflagrar vivências integradoras. Como a vivência é condição de possibilidade, sendo portanto evocada e não garantida, alguns elementos são facilitadores desse processo: o movimento, a música, a consigna e o outro-no-grupo (GÓIS, 2002a). Incluir o movimento corporal para a facilitação comunitária é convidar a identidade inteira do morador (corpo, sentimento, pensamento e representação) para estar ali presente, assumindo por inteiro o compromisso com o grupo do qual participa.

Poderíamos, aqui, afirmar que o MDV não acontece somente em situações pontuais de facilitação de grupo e sim, que a trajetória do psicólogo comunitário é eminentemente marcada pela com-vivência, a partir de um compromisso e envolvimento ético e amoroso desse profissional com a comunidade com a qual trabalha. Este compromisso ético perpassa a postura em que o psicólogo da comunidade se coloca diante outro, determina suas escolhas, ressaltando o cuidado como uma relação amorosa com a realidade.

O surgimento da Psicologia Comunitária a partir do pensamento de Góis (1993), principal autor e sistematizador dessa teoria, e as idéias libertadoras da proposta educacional de Paulo Freire possuem uma relação profunda. Esse processo se deu a partir do entendimento de que os trabalhos realizados pela Psicologia Comunitária no bairro do Pirambu e nos municípios de Beberibe e Pedra Branca, progressivamente, afastavam-se da Clínica Social e se integrava à Educação Popular (GOIS, 2003).

Na Pedagogia da Libertação, percebe-se uma consistente proposta de crítica e superação dos modelos educacionais hegemônicos, pois, para Freire (1979, 2005), a educação seria um grande caminho para a mudança social, para a formação de sujeitos, atores e autores de seus processos históricos cotidianos de emancipação coletiva e individual. Partindo de processo de Conscientização, observa-se um movimento de emersão e leitura crítica da realidade vivida e de re-inserção do sujeito ao seu contexto, agora de modo crítico e propositivo, transformando essa realidade, a partir da transformação desse sujeito. Tendo também a Conscientização como aspecto central de sua práxis, a Psicologia Comunitária lança um olhar psi sobre os processos subjetivos desse movimento, não se limitando, portanto, à práticas ligadas à alfabetização.

Tal visão de homem se aproxima bastante do que Góis (2003, 2005) irá chamar de Sujeito da Comunidade. A finalidade básica da Psicologia Comunitária, nessa perspectiva, seria o fomento à construção e fortalecimento deste sujeito comunitário, para efetivar, assim, a mudança social no nível local, no lugar/comunidade.

Desde o início, encontra-se o Diálogo como categoria essencial dentro de uma intervenção comunitária – sistematizando, posteriormente, o método em Psicologia Comunitária como Método Dialógico-Vivencial – e os círculos de cultura e ação como metodologias. No diálogo, cada passo no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a situação-problema que se apresenta – dado por alguns sujeitos – amplia as possibilidades de compreensão do objeto analisado pelos que estão implicados no processo. Em tal sentido, a problematização é um processo que começa com o diálogo e se desenvolve na consciência dos indivíduos.

Podemos verificar a aproximação da Psicologia Comunitária com a obra de Paulo Freire, tanto em seus aspectos ético-políticos como teórico-metodológicos, que se encontram em profunda sintonia com o contexto onde foram produzidas. No plano ético-político, encontramos uma opção tomada, a assunção de um compromisso: a Psicologia Comunitária e a Educação Popular colocam-se ao lado das classes ou grupos que vêm sendo historicamente negadas e oprimidas, expropriadas de seu valor humano, de seu direito à vida plena e generosa em possibilidades de viver. Isto implica que dedicam suas elaborações teóricas e metodológicas, bem como suas atuações e a aplicação de seus conhecimentos, em prol da mudança de um dado modelo de vida social, da transformação

profunda das estruturas coletivas sócio-históricas que engendram os processos subjetivos individuais, a identidade pessoal e sua expressividade singular, sua singularidade expressiva.

A influência da Teoria Rogeriana sobre o corpo teórico-metodológico da Psicologia Comunitária aconteceu desde os primeiros trabalhos com grupos na Psicologia Comunitária em 1982. Com uma maior consistência teórica e metodológica, Rogers (1977) ampliou sua teoria voltada para área clínica para outras relações de desenvolvimento humano com grupos nas escolas, nas comunidades e na mediação de conflitos internacionais.

A Teoria Rogeriana era a única teoria psicológica que embasou a práxis da Psicologia Comunitária nos primeiros trabalhos, já que as outras teorias eram Educação Libertadora (Paulo Freire) e a Biodança (Rolando Toro). No entanto, não seria qualquer teoria psicológica que compartilharia da mesma visão de homem que as outras, o que nos levaria ao segundo motivo dessa aproximação: a visão de homem compartilhada entre Góis e Rogers. Rogers (1977) fala de um homem que tende ao crescimento, ao desenvolvimento de suas potencialidades a partir de condições que seriam facilitadoras desse processo. Há um claro enfoque nas potencialidades dos sujeitos e não nas fragilidades.

Sua forma de entender o homem e seu funcionamento influi na forma de trabalhar e é ela que trazemos como o terceiro motivo. Não se trata aqui da forma de terapia individual, mas do trabalho com grupos que Rogers realizou. Ele compreendeu que o grupo em si é também um organismo e por isso também tende à auto-realização quando há um clima favorável (ROGERS, 1986). Nesse organismo, cada indivíduo é parte constituinte e também fundamental para o crescimento do todo.

As influências da Teoria Rogeriana sobre a sistematização que Góis (2003) faz da Psicologia Comunitária é percebida também quando ele traz as noções de valor pessoal e poder pessoal que Rogers não conceituou. Valor pessoal, segundo Góis é (2003, p.41) “um sentimento de valor intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com seu núcleo de vida, uma tendência natural para a realização. Sentir-se capaz de viver, gostar de si mesmo, acreditar na sua capacidade de conviver e realizar trabalho [...]” Já o poder pessoal seria a “capacidade de influir na construção de relações saudáveis com os outros e com a realidade. É a potência com que se vive a cada momento buscando o crescimento de si e do outro”. (GOIS, 2003, p.41)

Essas noções seriam a expressão do núcleo de vida que historicamente foi e é bloqueado pelas forças dominantes da manutenção da ideologia de submissão e resignação, onde o psiquismo é forjado nessa busca constante pela sobrevivência. Para serem propiciadas essas expressões da identidade dos indivíduos, Góis (2003) fala da necessidade da criação de um clima psicossocial favorável com as condições trazidas a partir de Rogers, que seriam a aceitação de si e do outro, capacidade de sentir o outro, congruência de idéias sentimentos e ações, acrescidas ainda do diálogo, da organização comunitária e da luta reivindicatória.

O psicólogo comunitária, a partir de um comprometimento ético-político de sua *práxis*, estaria junto às classes oprimidas no fortalecimento do valor pessoal e poder pessoal, para o desenvolvimento de um sujeito comunitário de potencialidades que são voltadas para a transformação de sua realidade. Percebe-se, então, que esse não são meros conceitos, mas categorias que contribuem com um dos objetivos da Psicologia Comunitária: o fortalecimento da identidade a partir do contato com o núcleo de vida.

A questão metodológica que Rogers (1986) propõe nos Grupos de Encontro inspirou Góis (2003) para a construção do Círculo de Encontro. Esse espaço é caracterizado por se criar um processo de grupo onde há um encontro profundo de reconhecimento, aceitação e sensibilização entre as pessoas. São trabalhadas aí questões sócio-psicológicas e políticas que são compartilhadas por aquelas pessoas e o modo como podem lidar com essas situações, buscando transformações individuais, grupais e sociais.

CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS FINAIS

Os estudos desenvolvidos na presente pesquisa possibilitaram muitas discussões e descobertas de questões teóricas e metodológicas que estavam sem um devido espaço na sistematização da Psicologia Comunitária. Como também, a importância da Teoria da Complexidade e da Teoria da Libertação como caminhos que possibilitam a transdisciplinaridade do marco teórico-metodológico da Psicologia Comunitária.

O estudo dos cinco marcos teórico-metodológicos, Psicologia Histórico-Cultural (Vigotsky, Leontiev, Luria), Educação Biocêntrica (Toro e Cavalcante), Educação Libertadora (Paulo Freire), Psicologia da Libertação (Martín-Baró) e Abordagem Centrada na Pessoa (Carl Rogers), contribuiu para o aprofundamento dos conceitos e categorias e propiciou um processo de discussão sobre a apropriação dos mesmos na práxis da Psicologia Comunitária.

O aprofundamento dos Paradigmas da Complexidade e da Libertação como teorias que possibilitam o diálogo e a complementaridade dos marcos teórico-metodológicos possibilitaram a ampliação da leitura e da reflexão a partir de novos teóricos, que ainda não estavam presentes nas leituras da Psicologia Comunitária e que fortaleceu a transdisciplinaridade presente entre estes marcos.

Devido à profundidade das discussões e a necessidade de fazer mais leituras sobre os paradigmas da Psicologia Comunitária resolveu-se desenvolver uma nova pesquisa “Psicologia Comunitária e os paradigmas da Complexidade e da Libertação” no período de 2008/2009 que terá como objetivo geral: analisar como os paradigmas da Complexidade e da Libertação se articulam nos marcos teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária e objetivos específicos: analisar os princípios que compõem o paradigma da Complexidade presentes nas obras de Edgar Morin e demais teóricos; analisar os princípios que compõem o paradigma da Libertação presentes na Escola da Latinoamericana da Libertação presentes nas obras de Enrique Dussel (Filosofia), Cezar Góis, Martin Baro, Martiza Montero e Silvia Lane (Psicologia), Paulo Freire (Educação), Fals Borda (Ciências Sociais) e Leonardo Boff (Teologia) e identificar os conceitos, as categorias, a transdisciplinaridade, as visões de homem e de mundo da Psicologia Comunitária que estão presentes nos seus marcos teórico-metodológicos sob o referencial dos paradigmas da Complexidade e da Libertação.

Como resultados desta pesquisa, foram produzidos cinco artigos científicos sobre cada marco teórico-metodológico, sendo três encaminhados a revistas científicas. O artigo “Por uma Psicologia Comunitária como práxis de libertação” foi encaminhado em maio/08 para Revista Psico (PUCRS), qualis A, nacional. O artigo “Psicologia Comunitária e Educação Libertadora” será encaminhado em julho/08 para Revista Psicologia. Teoria e Prática, qualis A, nacional. O artigo “Psicologia Comunitária e Biodança: a vivência no método dialógico e vivencial” será encaminhado em julho/08 para Revista Aletheia (ULBRA), qualis A, nacional. Os artigos foram produzidos por alunos do Mestrado e da Graduação em Psicologia com a orientação e participação da coordenadora da pesquisa.

O trabalho desenvolvido por alunos de pós-graduação e de graduação foi uma importante contribuição que esta pesquisa trouxe, além de fortalecer o Grupo de Pesquisa: NUCOM – Identidade, Comunidade e Sustentabilidade do Diretório de Pesquisa do CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J. P. P. **Considerações sobre a Práxis do(a) Psicólogo(a) nas Raízes de Cidadania e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza.** 2006, 161p. Monografia. (Bacharelado em Psicologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- DUSSEL, E. (1977) **Filosofia da Libertação na América Latina.** São Paulo: Edições Loyola.
- DUSSEL, E. D. (1986). **Ética comunitária: liberta o pobre.** Petrópolis: Vozes.
- FALS BORDA, O. (1980) La ciencia y el pueblo; nuevas reflexiones. Em Maria Cristina Salazar (org.), **La investigacion-accion participativa: inicios y desarrollos,** Madrid, Editorial Popular, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática de libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- _____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra S/A. 40ª edição, 2005.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Noções de Psicologia Comunitária.** Fortaleza: Edições UFC, 1993
- _____. **Biodança – identidade e vivência.** Fortaleza: Edições Instituto Paulo Freire do Ceará, 2002
- _____. **Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada.** Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2003.
- _____. **Psicologia comunitária- atividade e consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.
- IBAÑEZ, L. C.. La psicología social de Ignacio Martín-Baró y el imperativo de la crítica. In: Portillo, N., Gaborit, M.; Cruz, J. M. (comp.). **Psicología social en la posguerra: teoría y aplicaciones desde El Salvador.** 1ª Ed.. San Salvador: UCA Editores, 2005,(p. 436-475).
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia.** Natal: 2 (1), 7-27. 1996
- MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación.** Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- MORIN, Edgar, CIURANA, Emilio Roger e MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária – O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: NESCO, 2003.
- Montero, M. (1994). Un paradigma para la psicología social. Reflexiones desde el quehacer en América Latina. In: Montero, M. (Coord.). **Construcción y crítica de la psicología social.** Barcelona: Editorial Anthropos; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1994 (p. 27-48)
- PRIETO, Mayra P. E. Humanismo, complexidade e totalidade - o giro epistemológico no pensamento social in GARCIA, Regina. L (Org). **Método, métodos e contramétodo.** São Paulo: Cortez, 2003.
- KUSCH, Rodolfo. **Dos Reflexiones sobre la Cultura: cultura popular e filosofia de la liberación.** 1982.
- ROGERS, C. e KINGET, M. **Psicoterapia e Relações Humanas.** Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
- ROGERS, Carl. **Grupos de Encontro.** 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- TORO, Rolando. **Biodanza.** São Paulo: Olabrás/EPB, 2002.
- VIGOTSKY, L. S. **A construção do Pensamento e da Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WEIL, Pierre;D'Ambrosio, Ubiratan; CREMA, Roberto. **Rumo à transdisciplinaridade.** Sistemas abertos de conhecimento. 3ª Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

RELAÇÃO DE ANEXOS

PARECER DO ORIENTADOR

A presente pesquisa contribuiu bastante para o aprofundamento dos marcos teórico-metodológico da Psicologia Comunitária. É considerada inédita, pois esta temática não foi estudada desta forma no Ceará. Conseguimos cumprir todos os objetivos da pesquisa e desenvolver a partir dela um novo projeto de pesquisa.

A utilização de metodologias participativas de pesquisa através das discussões dos alunos da graduação e da pós-graduação foi fundamental para o nível de aprofundamento das reflexões. Esta pesquisa não foi de responsabilidade somente do bolsista PIBIC, mas de todos que participaram e participam deste estudo. A construção dos artigos e as produções das dissertações são exemplos desta caminhada. O bolsista acompanhou todas as fases da pesquisa, desempenhando com muita responsabilidade e assiduidade as suas tarefas.

Fortaleza, 14 de julho de 2008.

Profa. Verônica Morais Ximenes